

Não é só pelo 13º!

Assembleia permanente reafirma mobilização e delibera pela AMPLIAÇÃO DA PAUTA DA GREVE

A sessão da Assembleia Geral Permanente da Adunesp, em 28/2/2019, avaliou a mobilização nos *campi* após a deflagração da greve, prevista para ter início em 25/2. O indicativo era de não iniciar o semestre letivo sem o pagamento integral do 13º salário aos servidores docentes e técnico-administrativos estatutários. O indicativo foi acatado nos *campi* de Marília e Bauru, enquanto outros *campi* (Araraquara, Prudente, Instituto de Artes, Ilha Solteira, São Vicente) optaram por aprovar a manutenção da mobilização/estado de greve, com avaliação em novas assembleias. Os *campi* de Ilha Solteira e Prudente tiveram manifestações importantes, como a ida à Câmara Municipal local (caso dos três segmentos de Ilha) e os estudantes realizaram um tranço no dia 27/2 (Prudente). Na assembleia de Prudente, os docentes aprovaram paralisação para 14/3.

Ampliação da pauta do movimento

A assembleia em 28/2 reforçou a avaliação de que o movimento atual não se resume à defesa do pagamento integral do 13º salário de 2018 aos estatutários.

A greve coloca em relevo que a situação da Universidade até o final deste ano está indefinida, fruto da crise de financiamento. O não recebimento do 13º salário pelos estatutários, neste cenário, é apenas a ponta do *iceberg* de uma crise mais séria e profunda. Estamos num momento crítico, numa situação limite em que precisamos tomar a defesa das universidades estaduais paulistas em nossas mãos, uma vez que nossos gestores não têm se mostrado capazes de fazê-lo. Só a mobilização da comunidade acadêmica pode reverter esse quadro.

Por isso, a assembleia aprovou a ampliação da pauta do nosso movimento para:

- 1) Pagamento imediato da segunda parcela do 13º salário de 2018 aos estatutários;
- 2) Revisão orçamentária de 2019 que contemple:
 - . O recebimento dos salários e do 13º salário nos prazos estabelecidos por lei ao longo do ano;
 - . A criação de uma conta corrente específica, que não possa ser mexida em hipótese alguma, onde serão depositados mensalmente os recursos para o provisionamento do 13º e férias;
 - . Manutenção da isonomia com a USP e a Unicamp (inclusão imediata na folha de pagamento dos 3% da data-base de 2016, não honrados pela Unesp);
 - . Retomada da reposição de pessoal;
 - . Retomada dos planos de carreira.
- 3) O estabelecimento de uma mesa mensal com os sindicatos para acompanhamento da conta corrente específica onde serão depositados mensalmente os recursos para o provisionamento do 13º e férias;
- 4) Manutenção das regras para a livre docência nos termos atuais.

Obs.: As deliberações da Assembleia Geral Permanente de 28/2, incluindo a ampliação da pauta, estão sendo enviadas à Reitoria da Unesp. O conteúdo da pauta será colocado em discussão na reunião entre sindicatos, Propeg e Comissão de Orçamento, marcada para 21/3.

Próxima assembleia geral

A Adunesp orienta nova rodada de assembleias de base de 7 a 12/3. No dia 13/3, quarta-feira, às 10h, em São Paulo, haverá nova sessão da Assembleia Geral Permanente da Adunesp

Reforma da Previdência: 22 de março tem nova mobilização nacional!

As centrais sindicais estão chamando uma grande mobilização nacional contra a reforma da previdência para o dia 22/3/2019. O “Dia Nacional de Luta e Mobilização em Defesa da Previdência.”, como está sendo chamado, será divulgado com mais detalhes em breve. É importante nos organizarmos em nossos locais de trabalho e nos sindicatos, e participarmos dos movimentos contra a reforma da Previdência, que aprofunda a retirada de direitos de todos os trabalhadores. Entre as justificativas para a proposta, anunciadas em discursos de membros do atual governo, está a culpabilização dos servidores públicos pelo “rombo” inexistente na Previdência Social brasileira, conforme fartamente demonstrado pela Auditoria Cidadã da Dívida, além de outras instituições idôneas (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, DIEESE etc...).

Arrocho salarial é política deliberada! Docentes da Unesp perderam cerca de R\$ 50 mil em 4 anos

No boletim Adunesp viaNET 162, de 26/2/2019, publicamos alguns dados e quadros sobre as perdas salariais dos docentes da Unesp nos últimos anos. Neste boletim atual, fazemos alguns pequenos ajustes nos números (Tabelas 1 e 2) e acrescentamos a ressalva sobre o não recebimento do 13º, no caso dos estatutários, o que amplia as perdas desses servidores.

O arrocho salarial é uma das facetas mais perversas na política de desmonte imposta pelos governos estaduais – com a parceria de nossos reitores – contra as universidades públicas paulistas. A situação na Unesp é ainda mais grave do que nas co-irmãs USP e Unicamp, por conta da não extensão do reajuste de 3% da data-base de 2016. Estudos feitos pela coordenação do Fórum das Seis mostram que um Professor Assistente Doutor deixou de receber, de maio/2015 a janeiro/2019, um montante da ordem de R\$ 50.000,00.

Nas tabelas 1 e 2 (a seguir), foi utilizado como referência o salário efetivamente recebido em maio de 2015, quando foi concedido pelo Cruesp o reajuste correspondente à inflação medida pelo IPC-FIPE do período maio/2014 a abril/2015, pago em duas vezes: a primeira em maio (4%) e a segunda em outubro (3,09%)

de 2015. Assim, os valores do salário base de Professor Assistente Doutor nos meses seguintes a maio/2015 foram calculados aplicando a inflação medida pelo ICV-Dieese (mês a mês) até janeiro de 2019, sendo esse último resultado tabulado na segunda coluna da Tabela 1. Ao longo do tempo, o poder de compra dos salários vai sendo corroído pela inflação, e as diferenças entre o salário recebido no mês e o salário corrigido constituem perdas salariais que, somadas durante todo este período (maio/2015 a janeiro/2019), totalizam o valor que consta na terceira coluna da Tabela 1.

Para saber quanto você deixou de receber pelo fato do salário não ter sido reajustado pelo ICV-Dieese, de maio/2015 a jan/2019, tendo como ponto de partida o salário de maio/2015, pago pela Unesp em jun/2015, basta multiplicar o salário bruto atual pelo fator multiplicativo (4,64), que está na última coluna da Tabela 1.

TABELA 1
Tomando como referência o salário de maio de maio/2015 com o reajuste do Cruesp

DOCENTE Unesp	Salário corrigido (valor em janeiro/2019)	Perdas em jan/2019	Reajuste necessário (em jan/2019) para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015	Fator multiplicativo (em jan/2019)
ICV-Dieese	R\$ 12.407,17	R\$ 48.814,69	17,99%	4,64

Obs. 1- Caso a inflação de fevereiro de 2019 seja igual à inflação de janeiro as perdas atingirão, ao final deste mês, R\$ 50.321,04 e o novo fator de correção será 4,79. Em qualquer caso, a perda total se aproxima de 5 salários brutos atuais.

Também foram feitos os cálculos – com a inflação medida pelo ICV-Dieese – dos reajustes necessários para recuperar o poder aquisitivo dos salários correspondentes às datas-base de maio de 2016, 2017 e 2018, tomando como referência o salário de maio de 2015, pago pela Unesp em junho de 2015. Esses dados estão na Tabela 2 abaixo.

TABELA 2
Tomando como referência o salário de maio de maio/2015 com o reajuste do Cruesp

Índice necessário para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015, maio/2016, maio/2017 e maio/2018

MÊS DE REFERÊNCIA	UNESP
MAIO/2015	17,99 (%)
MAIO/2016	11,16 (%)
MAIO/2017	7,25 (%)
MAIO/2018	6,30 (%)

A Tabela 2 foi construída tomando como referência o salário pago pela Unesp nas respectivas datas-base. Assim, para recompor o poder de compra de maio/2015, maio/2016, maio/2017 e maio de 2018, seriam necessários, em janeiro de 2019, respectivamente, os seguintes reajustes: 17,99%, 11,16%, 7,25% e 6,30%.

Os docentes estatutários devem somar às perdas tabuladas os juros que eventualmente estiverem pagando por não terem recebido o 13º na data legal. Lembrando que os juros de cheque especial, do cartão de crédito e de empréstimo bancário são muito superiores à inflação medida pelo ICV-Dieese em janeiro e fevereiro de 2019, chegando, em alguns casos, a mais de 12% ao mês.

Os valores dessas tabelas mostram que o fato da Unesp não ter honrado sequer a política de arrocho salarial do Cruesp nos impôs perdas significativas em nosso poder aquisitivo, qualquer

que seja a referência utilizada para a avaliação de quanto deixamos de receber pelo fato dos nossos salários não terem sido reajustados pelo ICV-Dieese de 2015 a 2019. Isto sem falar nas perdas anteriores que, juntamente com essas, desenharam um cenário perverso de empobrecimento e desvalorização sistemática dos servidores técnico-administrativos e docentes das universidades públicas paulistas, mas especialmente da Unesp. E tudo isso construído com a complacência dos nossos sucessivos reitores. As perdas anteriores serão tema de futuros boletins.